

Inclusão e Educação 4

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-032-2

DOI 10.22533/at.ed.322191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu volume IV, apresenta em 24 capítulos, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual, mental da Educação Inclusiva e os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, nos estudos e pesquisas sobre as dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais de conduta na sala de aula, no atendimento educacional especializado e na subjetividade do professor e do estudante na relação com as dificuldades de aprendizagem escolar. Esses são alguns dos desafios à inclusão que visam o aumento benéfico, produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume IV é dedicado ao público de pessoas que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Instituições de Ensino ao atendimento educacional especializado.

Este volume, apresenta artigos que abordam as experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica às séries mais avançadas como a metodologia do ensino da matemática III como espaço de discutir educação matemática inclusiva, também, artigos que traçam a Educação e ensino na sociedade da informação e da comunicação, as contradições no discurso de inclusão e exclusão vigentes na sociedade brasileira e alguns artigos que apresentam didáticas para a confecção de brinquedos pedagógicos.

Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucesso mesmo com os desafios encontrados, a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições do discurso, didática e ensino à quem ensina, aos alunos especiais na transação da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA III COMO ESPAÇO DE DISCUTIR EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>José Jefferson da Silva</i> <i>Tânia Maria Goretti Donato Bazante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915011	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Ana Carolina Brandão Verissimo</i> <i>Andréia Mendes dos Santos</i> <i>Fábio Soares da Costa</i> <i>Renata Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915012	
CAPÍTULO 3	23
A INCLUSÃO NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Eloyse Emmanuelle Rocha Braz Benjamim</i> <i>José Rogério Silva da Costa</i> <i>José Jefferson Gomes Eufrásio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915013	
CAPÍTULO 4	34
CAMINHOS PARA INCLUSÃO: SABERES, EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915014	
CAPÍTULO 5	45
A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR E DO ESTUDANTE NA RELAÇÃO COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR: DESAFIOS À INCLUSÃO	
<i>Telma Silva Santana Lopes</i> <i>Maristela Rossato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915015	
CAPÍTULO 6	57
AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Giuza Ferreira da Costa Victório</i> <i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i> <i>Francimar Batista Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915016	
CAPÍTULO 7	65
CONFEÇÃO DE BRINQUEDO PEDAGÓGICO COM MATERIAIS REUTILIZÁVEIS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DE CABEDELO	
<i>Juçara dos Santos Ferreira Dias</i> <i>Adriana Travassos Duarte Jácome</i> <i>Rachel de Oliveira Queiroz Silva</i>	

Mellyne Palmeira Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.3221915017

CAPÍTULO 8 77

EDUCAÇÃO E ENSINO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Izabel Cristina Barbosa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3221915018

CAPÍTULO 9 86

NOVAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO POSSÍVEL PARA A PRÁTICA DOCENTE

Leandra da Silva Santos

Edivânia Paula Gomes de Freitas

Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.3221915019

CAPÍTULO 10 95

LER, JOGAR E ESCREVER: SINALIZANDO ESTRATÉGIAS PARA ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro

Celeste Azulay Kelman

Maria Vitória Campos Mamede Maia

DOI 10.22533/at.ed.32219150110

CAPÍTULO 11 106

O QUE REVELAM AS PESQUISAS BRASILEIRAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA?

Paulo Roberto Brancatti

Renata Portela Rinaldi

DOI 10.22533/at.ed.32219150111

CAPÍTULO 12 117

O TRABALHO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): CAMINHANDO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

Daniela Santos Alves de Lima

Viviane França Lins

Rafaella Asfora Lima

DOI 10.22533/at.ed.32219150112

CAPÍTULO 13 125

OS ENTRAVES DA INCLUSÃO: LEITURA E PRODUÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES

Lídia Maria da Silva Santos

Pâmela dos Santos Rocha

Shirley de Souza Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150113

CAPÍTULO 14 134

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO A INCLUSÃO DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS, NUMA MESMA SALA DE AULA NO ENSINO DA EJA

Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas

Maria José Guerra

DOI 10.22533/at.ed.32219150114

CAPÍTULO 15	145
REFLETINDO ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA A PARTIR DAS FALAS DOS PRÓPRIOS ESTUDANTES	
<i>Tereza Cristina Bastos Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150115	
CAPÍTULO 16	156
A INCLUSÃO DE DIFERENTES GRUPOS MEDIADA PELO ESPORTE NO PROGRAMA LABORATÓRIO PEDAGÓGICO DE SAÚDE, ESPORTE E LAZER DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARÁIBA	
<i>Ana Vitória Guerra Nunes</i>	
<i>Anny Sionara Moura Lima Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150116	
CAPÍTULO 17	164
ZONA RURAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE PROTAGONIZANDO A INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Edileuza Francisca da Silva Mesquita</i>	
<i>Acleylton Costa</i>	
<i>Arségila Sandra Ferreira das Neves</i>	
<i>René Armando Flores Castillo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150117	
CAPÍTULO 18	172
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E OS PROBLEMAS EMOCIONAIS E DE CONDUTA NA SALA DE AULA	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150118	
CAPÍTULO 19	184
O GATO QUE GOSTAVA DE CENOURA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL NO COMBATE AO PRECONCEITO	
<i>Francisco Leandro de Assis Neto</i>	
<i>Gracielle Malheiro dos Santos</i>	
<i>Cleyton César Souto Silva</i>	
<i>Leonídia Aparecida Pereira da Silva</i>	
<i>Liliane Lima de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150119	
CAPÍTULO 20	193
SABERES NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Ana Paula Lima Carneiro</i>	
<i>Ananeri Vieira de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150120	
CAPÍTULO 21	206
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: AS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E ASSESSORAMENTO AO AEE DAS ESCOLAS RURAIS DE CRUZEIRO DO SUL/AC	
<i>Francisca Adma de Oliveira Martins</i>	
<i>Deolinda Maria Soares de Carvalho</i>	
<i>Maria Dolores de Oliveira Soares Pinto</i>	
<i>Nayra Suelen de Oliveira Martins</i>	

DOI 10.22533/at.ed.32219150121

CAPÍTULO 22 216

CULTURA LETRADA E TDICS: ANÁLISES NA GENERALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Edgard Leitão de Albuquerque Neto

DOI 10.22533/at.ed.32219150122

CAPÍTULO 23 224

PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DE DISCENTES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Thelma Helena Costa Chahini

Sadao Omote

DOI 10.22533/at.ed.32219150123

CAPÍTULO 24 236

A CARTA ABERTA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL: RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO ESCRITA NA EJA

Lidiane Moreira Silva de Brito

Laurênia Souto Sales

Marluce Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150124

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 247

PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DE DISCENTES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Thelma Helena Costa Chahini

Universidade Federal do Maranhão, Mestrado em Educação (PPGE) e em Cultura e Sociedade (PGCULT), São Luís, Maranhão.

Sadao Omote

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Campus de Marília. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília, São Paulo.

RESUMO: Analisaram-se percepções de professores e alunos de uma universidade federal em relação à inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior. Foram 357 participantes: 15 alunos com deficiência; 100 alunos que não tinham colega com deficiência em sala de aula; 100 alunos que tinham colega com deficiência em sala de aula; 42 professores de alunos com deficiência; 100 professores que não tinham alunos com deficiência em sala de aula. Utilizaram-se cinco versões diferentes de questionários. Os resultados sinalizam que os alunos são mais favoráveis à Inclusão do que os professores, e isso ocorre, segundo Moreira (2004), pois, ao receberem alunos com deficiência na universidade, os professores com carência de formação adequada enfrentam situações desafiadoras que, na maioria das vezes, desconhecem as especificidades, as estruturas de apoio e os recursos que

esses alunos precisam para terem acesso ao conhecimento acadêmico, podendo contribuir para o desenvolvimento de atitudes negativas acerca da deficiência por parte desses professores. Os professores da universidade pesquisada aceitam a inclusão dos alunos com deficiência na educação superior, no aspecto ideológico, mas quanto à operacionalização das práticas pedagógicas visando garantir a permanência com êxito na aprendizagem e na conclusão das graduações desses alunos, suas atitudes já não são tão favoráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Deficiência. Atitudes. Inclusão.

ABSTRACT: An analysis of the perceptions of teachers and students of a federal university regarding the inclusion of students with disabilities in Higher Education. There were 357 participants: 15 students with disabilities; 100 students who did not have classmates with disabilities in the classroom; 100 students who had classmates with disabilities in the classroom; 42 teachers of students with disabilities; 100 teachers who did not have students with disabilities in the classroom. Five different versions of questionnaires were used. The results indicate that students are more favorable to Inclusion than teachers, and that happens, according to Moreira (2004), because, when receiving students with disabilities at the

university, teachers with a lack of adequate training face challenging situations; in most times, they are unaware of the specificities, support structures and resources that these students need to have access to academic knowledge, and all that might contribute to the appearance of negative attitudes from those teachers regarding disability issues. From an ideological point of view, the professors of the researched university accept the inclusion of students with disabilities in higher education, but as to make pedagogical practices operational, in order to guarantee these students' successful learning and graduation, the teachers' attitudes are no longer so favorable.

KEYWORDS: Higher education. Disability. Attitudes. Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Considerando-se que atos jurídicos devem ser acatados e, portanto, postos em prática, não há como negar o processo de inclusão. Ele existe, de fato, pela via legal. Isso, no entanto, não é suficiente para determinar àqueles que são incluídos a permanência com êxito e conclusão de seus cursos, daí a importância de se conhecer o que pensam e como agem os professores e colegas de alunos com deficiência em relação a estes. Ressalta-se, portanto, a importância de uma formação, inicial e continuada, de boa qualidade para os professores, visando prepará-los para o atendimento educacional especializado de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas em todos os níveis de ensino.

A inclusão educacional contribui verdadeiramente para que ocorram mudanças de atitudes de modo favorável nas relações desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem entre alunos e professores.

Diante dessa afirmação, não se pode esquecer que a proposta de educação inclusiva é revolucionária, o que em alguns casos, pode parecer utópica, mas que, na verdade, se trata de ideais democráticos que precisam ser operacionalizados, mesmo sabendo-se que sempre haverá na sociedade a dialética inclusão-exclusão e vice-versa, visto que ambas as situações fazem parte do mesmo processo.

Diante dessa realidade, pontua-se a seguinte questão: quais as percepções dos professores e dos alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior?

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva. O Projeto que deu origem a este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da UNESP e teve parecer favorável ao desenvolvimento da pesquisa.

No total, este estudo teve 357 participantes, subdivididos em cinco grupos:

Grupo 1 (G1), constituído por 15 alunos com deficiência; Grupo 2 (G2), formado por 100 alunos que não tinham colega com deficiência em sala de aula; Grupo 3 (G3), constituído por 100 alunos que tinham colega com deficiência em sala de aula; Grupo 4 (G4), constituído por 42 professores que tinham aluno com deficiência em sala de aula; Grupo 5 (G5), formado por 100 professores que não tinham aluno com deficiência em sala de aula.

O critério de seleção das amostras foi estabelecido a partir do universo dos alunos com deficiência. Os instrumentos utilizados compreenderam cinco versões diferentes de questionários para cada grupo. A coleta de dados foi realizada por amostragem, dentro das normas apresentadas pela pesquisa científica, através de aplicação dos questionários.

Agruparam-se as perguntas em quatro categorias: perguntas comuns a todos os participantes; perguntas específicas aos alunos; perguntas específicas somente aos alunos com deficiência e aos colegas de alunos com deficiência e perguntas específicas aos professores.

As respostas para fins de análise foram organizadas em três categorias: respostas favoráveis ao acesso, permanência e atendimento especializado aos alunos com deficiência na Educação Superior; respostas desfavoráveis ao acesso, permanência e atendimento especializado aos alunos com deficiência na Educação Superior; e outras respostas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se prioritariamente os resultados das perguntas comuns a todos os participantes, em seguida, os das perguntas específicas a cada grupo juntamente com as descrições dos dados encontrados e as discussões que se fizeram necessárias.

Em relação às perguntas comuns a todos os participantes, verifica-se que sobre a questão da **Política de Cotas** adotada pela Universidade Federal do Maranhão a partir do segundo semestre de 2007 (Resolução nº 499 – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 31 de outubro de 2006), que favorece acesso a um maior número de alunos com deficiência na Educação Superior, os dados revelam que 60% dos alunos com deficiência (G1) são favoráveis à medida adotada pela Universidade e pelas cotas; dentre os alunos sem colegas com deficiência (G2), apenas 48% são favoráveis, assim como 58% dos colegas de alunos com deficiência (G3).

Dentre os 3 grupos de alunos, percebe-se que o G1 é mais favorável à Política do que os G2 e G3, assim como o G3 é mais favorável do que G2.

Entre os professores de alunos com deficiência (G4), apenas 37% concordam com a política adotada, bem como 40% dos professores sem alunos com deficiência (G5). Nessa questão, os professores sem alunos com deficiência (G5) são menos

desfavoráveis à política do que os professores de alunos com deficiência (G4). Pode-se afirmar também que mais da metade dos professores não concorda com a Política de Cotas vigente.

Neste caso, observa-se que os alunos têm opiniões mais favoráveis à Política de Cotas adotada pela Universidade do que os professores, e isso ocorre, segundo Moreira (2004), pois, ao receberem alunos com necessidades educacionais especiais na universidade, os professores com carência de formação adequada enfrentam situações desafiadoras que, na maioria das vezes, desconhecem as especificidades, as estruturas de apoio e os recursos que esses alunos precisam para terem acesso ao conhecimento acadêmico, podendo contribuir para o desenvolvimento de atitudes negativas acerca da deficiência por parte desses professores.

A respeito do **ingresso** de alunos com deficiência na Universidade. Dentre os alunos, 93% do G1 apresentam opiniões favoráveis, assim como 83% do G2 e 93% dos colegas de alunos com deficiência (G3). Com relação aos professores de alunos com deficiência (G4), 74% são favoráveis, assim como 85% dos professores sem alunos com deficiência (G5).

Percebe-se nessa questão que a maioria dos participantes concorda com o ingresso de alunos com deficiência na Educação Superior. Os resultados também demonstram que os G1 e os G3 são mais favoráveis em relação ao G2. Os professores sem alunos com deficiência (G5) são mais favoráveis do que os professores de alunos com deficiência (G4).

Apesar de na questão anterior a maioria dos professores se mostrarem contra a Política de Cotas na Educação Superior, verifica-se que, em se tratando dos direitos desses alunos a alcançarem níveis mais elevados de ensino, os professores ideologicamente não discordam da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, bem como da Legislação Federal vigente que visa ao acesso dos alunos com deficiência em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008) e sua permanência com êxito na aprendizagem e na conclusão de suas graduações.

Em relação ao atendimento às **necessidades educacionais especiais** dos alunos com deficiência pelos professores na Universidade, 67% do G1 apresentaram opiniões favoráveis, assim como 88% do G2 e 88% do G3. Dentre os docentes, 93% do G4 e 92% do G5 também têm opiniões favoráveis.

Percebem-se nessa questão duas categorias de respostas: a primeira julga ter necessidade de tratamento diferenciado; a segunda categoria julga que esses alunos devem ser tratados com igualdade. Para tanto, recorre-se aos ensinamentos de Aristóteles, citado por Fávero (2007), ao dizer que se deve tratar desigualmente os desiguais. E a contra-argumentação de Mendes (2010) ao afirmar que a aplicação desse princípio na contemporaneidade é complicada, visto que é cheia de armadilhas, pois requer sensibilidade para perceber quais diferenças merecem um tratamento diferenciado.

As respostas foram: “necessitam de maior atenção por parte dos professores”;

“precisam de atendimento individualizado”; “devem ser tratados iguais aos demais para que não se sintam excluídos”; “dependendo da deficiência, necessitam de maior atenção”.

Em relação às **condições de permanência** dos alunos com deficiência na Universidade, 87% do G1, assim como 97% do G2 e 97% do G3 têm opiniões desfavoráveis. Na categoria docente, 96% dos professores de alunos com deficiência e 85% dos professores sem alunos com deficiência também apresentam opiniões desfavoráveis.

Mais uma vez, não era de se esperar por outros resultados, pois, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores (BRASIL, 2008).

As respostas obtidas foram: “não se encontra preparada para garantir a permanência desses alunos”; “encontra-se parcialmente preparada”; “está tentando se preparar”.

Nesse contexto, Manzini (2008) afirma que a falta de cultura de acessibilidade permeia o ensino de alunos com deficiência na universidade, que, na maioria das vezes, não tem uma política institucional de identificação e atendimento às necessidades educacionais desses alunos.

De acordo com Bolonhini Júnior (2004), a acessibilidade deve ser o primeiro requisito a ser operacionalizado para a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

Ressalta-se também o Programa Incluir, que implementa uma política de acessibilidade às pessoas com deficiência na Educação Superior, que, segundo o atual *Documento Orientador Programa Incluir*, visa à promoção de ações para a garantia do acesso pleno nas instituições de educação federais, no qual a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se inseriu no ano de 2010 e, certamente, em pesquisas posteriores, os resultados demonstrarão outra realidade (BRASIL, 2013).

Ao se questionar sobre o que poderia estar **dificultando a permanência** dos alunos com deficiência na Universidade, 93% do G1, 99% do G2 e 100% do G3 apresentaram opiniões desfavoráveis. O mesmo ocorreu com os 100% dos professores de alunos com deficiência, assim como 98% dos professores sem alunos com deficiência, ao apresentarem opiniões desfavoráveis.

As respostas foram: “falta de recursos materiais especializados”; “falta de recursos humanos especializados”; “falta de recursos materiais e humanos especializados”; “falta de Educação Básica de qualidade por parte desses alunos”; “falta de Políticas Públicas para a inclusão”.

Diante dessa constatação, fica uma preocupação em relação ao aprendizado com êxito desses alunos; preocupação esta também sinalizada por Momberger (2007) quando chama atenção para o fato de que algumas Instituições de Ensino Superior estejam apenas cumprindo com as exigências legais, visto que favorecem o

acesso, mas não garantem a permanência desses alunos com êxito de aprendizado e conclusão de seus cursos, comprometendo com isso a formação dessas pessoas que lutaram para chegar até a Educação Superior, trazendo consigo sonhos, esperanças e esforços desmedidos, construídos, muitas vezes, em um percurso marcado por preconceitos, sofrimentos e de dedicação pela busca por maiores conhecimentos, bem como ascensão profissional e realização pessoal.

Quanto à existência de **recursos especializados** para o atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência na Universidade, 87% do G1, 96% do G2 e 95% do G3 têm opiniões desfavoráveis. No caso, 96% dos professores de alunos com deficiência, assim como 100% dos professores sem alunos com deficiência têm opiniões desfavoráveis.

As respostas obtidas foram: “são regulares”; “são precários”; “não existem”.

Percebe-se, nesse caso, o não cumprimento da Portaria nº 3.284/03, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de Cursos nas Instituições de Ensino Superior, visando à garantia da inclusão de alunos com deficiência na comunidade acadêmica (BRASIL, 2003).

É interessante trazer Carvalho (1999) quando esclarece que o acesso corresponde à passagem pelo vestibular através dos recursos educacionais específicos para que a pessoa com necessidade educacional especial possa participar do processo seletivo. E a permanência é a continuação desse atendimento, visando acesso ao conhecimento e efetiva aprendizagem, bem como a participação desses alunos no processo acadêmico.

Esta questão retrata a realidade atual, na qual as mudanças na Universidade em relação à acessibilidade de alunos com deficiência ainda estão em processo de efetivação.

Quanto à **qualificação dos professores da Universidade** para o trabalho pedagógico com os alunos com deficiência, 47% do G1 apresentaram opiniões desfavoráveis, assim como 80% do G2 e 85% do G3. Os dados indicam que a maioria dos alunos percebe que os professores da universidade não se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência.

Relembra-se a Lei nº 7.853/89, que pontua a necessidade de formação e qualificação de recursos humanos em todos os níveis de ensino para o atendimento aos alunos com deficiência (BRASIL, 1989).

A partir daqui apresentam-se as opiniões sobre as perguntas específicas apenas aos alunos com deficiência (G1) e aos colegas de sala de aula desses alunos (G3).

Sobre a realização de **adequações curriculares** para o atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, 53% dos alunos com deficiência (G1), assim como 77% dos colegas desses alunos (G3), apresentaram opiniões desfavoráveis. As respostas indicaram que não foi realizada, até o momento, nenhuma adequação curricular para os alunos com deficiência em sala de aula; e que

ainda estão sendo providenciadas.

Verifica-se nessa questão a ocorrência do mesmo fato anterior, isto é, em se tratando das questões mais operacionais, os alunos denunciam a ausência de práticas inclusivas por parte dos docentes e demais profissionais da Universidade.

É necessário refletir sobre a importância da adequação curricular às reais necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência na Educação Superior, bem como a flexibilização do acesso ao currículo acadêmico a esses alunos.

Na sequência, apresentam-se as opiniões acerca das perguntas específicas aos grupos dos professores de alunos com deficiência (G4) e aos professores sem alunos com deficiência (G5) da Universidade Federal do Maranhão.

Em relação ao **atendimento educacional especializado** que os professores dispensam ou dispensarão aos alunos com deficiência na universidade, 67% dos professores de alunos com deficiência (G1) e 44% dos professores sem alunos com deficiência em sala de aula (G5) apresentaram opiniões desfavoráveis. As respostas foram que o atendimento é diferente dos demais alunos; é fragilizado.

A maioria dos professores de alunos com deficiência é consciente de que não está disponibilizando atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, o que se levanta como hipótese que isso pode estar dificultando o acesso ao conhecimento acadêmico a esses alunos.

O fato de a maioria dos professores sem alunos com deficiência afirmar que, se vierem a ter alunos com deficiência, o atendimento a eles dispensado será especializado. Acredita-se que isso ocorra por questões de conscientização dos direitos desses alunos ou justamente por ainda não terem adquirido experiências que os obrigasse a pensar o contrário.

Relembra-se Omote et al. (2005) ao constatarem que muitos professores não vêm recebendo uma formação especializada que favoreça com que medeiam adequadamente o processo ensino-aprendizagem aos alunos com deficiência.

Prieto (2005) também constatou que poucos professores vinculados às redes públicas de ensino têm formação ou mesmo informação sobre atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, visto que muitos destes professores ingressam nos sistemas de ensino por meio de concurso público, na maioria das vezes, sem ter o mínimo de contato com a temática da deficiência.

Em relação às **metodologias utilizadas** com os alunos com deficiência na Universidade, 59% dos professores de alunos com deficiência (G4) e 73% dos professores sem alunos com deficiência em sala de aula (G5) apresentaram opiniões desfavoráveis. As respostas foram que não atendem às necessidades educacionais especiais desses alunos; precisam ser revistas; falta adaptar as metodologias de acordo com as deficiências; falta adaptar o material didático e/ou recursos materiais utilizados em aula; é preciso ainda organizar o tempo e o espaço físico; é preciso rever o plano de aula.

Nessa questão é importante destacar a conscientização demonstrada pelos

docentes da Universidade de que precisam mudar suas metodologias para o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

Bolonhini Júnior (2004) ressalta que ainda são poucas as instituições de ensino superior que têm se preocupado em fazer adaptações necessárias para o acesso ao conhecimento acadêmico e aprendizado com êxito dos alunos com deficiência.

Quanto à operacionalização de **adequação curricular** em sala de aula visando ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência na universidade, 81% dos professores de alunos com deficiência (G4) apresentaram opiniões desfavoráveis e 44% dos professores sem alunos com deficiência em sala de aula (G5) apresentaram opiniões desfavoráveis.

É importante ressaltar mais uma vez a conscientização dos professores de alunos com deficiência de que não estão fazendo nenhuma adequação curricular no processo ensino-aprendizagem para esses alunos, o que sinaliza, mais uma vez, que não se encontram qualificados para o ensino de alunos com deficiência.

As respostas dos professores de alunos com deficiência convergem com as dos alunos com deficiência e com as dos seus colegas de sala de aula.

As respostas obtidas como desfavoráveis foram: que não fizeram nenhuma adequação curricular para esses alunos e que ainda serão providenciadas.

As respostas obtidas como favoráveis foram: que, se tiverem alunos com deficiência farão adequações curriculares para atender suas necessidades educacionais especiais

Diante dessa realidade, Omote (2004) alerta para os equívocos que vêm ocorrendo em práticas pedagógicas que se dizem inclusivas dentro das instituições de ensino, pois inclusão não significa apenas colocar o aluno com deficiência em sala de aula.

Quanto à **qualificação profissional**, ao se questionar se os professores se encontravam preparados para trabalhar com alunos com deficiência na universidade, 74% dos professores de alunos com deficiência e 90% dos professores sem alunos com deficiência apresentaram opiniões desfavoráveis.

O importante nessa questão é a conscientização da maioria dos professores e, principalmente, dos professores de alunos com deficiência de que não se encontram preparados para o processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência na Universidade. O que implica à Universidade a responsabilidade pela formação continuada de seu corpo docente em relação às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência que se encontram inseridos nesta instituição de ensino superior.

As respostas indicaram que os professores não se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência na Educação Superior.

Diante desses fatos, Estêvão (2004) critica a formação continuada de professores que visa apenas contribuir para a ascensão profissional ou para a gestão das carreiras, pois deixa clara a separação entre teoria e prática, importando mais o consumo do

saber e não a sua operacionalização.

Em relação ao que os professores pensam sobre o que os alunos com deficiência acham do **atendimento recebido por seus professores na Universidade**, 59% dos professores de alunos com deficiência e 94% dos professores sem alunos com deficiência em sala de aula apresentaram opiniões desfavoráveis. As respostas revelaram que os alunos acham que o atendimento a eles dispensado seus professores é insatisfatório, indiferente e péssimo.

Nessa questão aparece um fato interessante, pois a maioria dos professores de alunos com deficiência é consciente de que não está oferecendo um atendimento qualificado aos alunos com deficiência, isto é, estes docentes responderam se referindo ao atendimento especializado, e esses dados convergem com os dos colegas de alunos com deficiência, mas divergem dos próprios alunos com deficiência. Levanta-se como hipótese o fato de que os alunos com deficiência tenham respondido anteriormente a essa questão considerando o comportamento de seus professores para com eles, e em nenhum momento, esses professores demonstraram que não tratam bem seus alunos.

Fica claro, portanto, que os alunos com deficiência, ao responderem levando em consideração a questão do relacionamento, se sentem bem tratados por seus professores, mas quando respondem levando em consideração o atendimento especializado por parte desses profissionais, sinalizam a falta de qualificação desses docentes para com o atendimento de suas necessidades educacionais especiais.

Busca-se em Omote (2004) a constatação da existência de práticas pedagógicas autodeclaradas como inclusivas, que favorecem o acesso de alunos com deficiência nas instituições de ensino, mas não garantem a sua permanência com atendimento educacional especializado.

Os resultados obtidos com os professores da Universidade Federal do Maranhão, em relação à operacionalização de práticas pedagógicas inclusivas, fazem lembrar os estudos de Pinheiro (2003) ao verificar que ideologicamente os professores apresentam atitudes sociais mais favoráveis à inclusão do que nos termos operacionais e, que isso se deve, possivelmente, às muitas discussões que estão ocorrendo acerca do paradigma da inclusão, mas são as ações sociais que demonstram as atitudes, as crenças e os sentimentos das pessoas (KRECK; CRUTCHFIELD; BALLACHEY, 1969).

Verificou-se que os professores de alunos com deficiência não se sentem mais preparados para trabalhar com alunos com deficiência em relação aos professores sem alunos com deficiência em sala de aula, visto que ambos os grupos de professores têm consciência de que precisam se qualificar para o processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

A maioria dos professores de alunos com deficiência demonstrou ter consciência de que, apesar de terem bom relacionamento com os alunos com deficiência e acharem que estão sabendo avaliar suas aprendizagens, não se encontram preparados para o atendimento educacional especializado, visto que suas metodologias não estão

adequadas às necessidades educacionais desses alunos, não fizeram nenhuma adequação curricular, e não se sentem preparados para a mediação necessária para o acesso ao conhecimento acadêmico dos alunos com deficiência na Universidade.

A maioria dos professores sem alunos com deficiência em sala de aula também demonstrou ter as mesmas opiniões dos professores de alunos com deficiência. Se vierem a ter alunos com deficiência em sala de aula na Universidade, não estarão preparados para o atendimento de suas necessidades educacionais especiais.

4 | CONCLUSÃO

O acesso dos alunos com deficiência na Educação Superior não depende diretamente do querer ou não querer do professor. Mas, uma vez inserido em uma instituição de ensino, o desempenho educacional desse aluno e seu comportamento diante do processo ensino-aprendizagem podem depender de como será recebido em sala de aula por seus colegas e professores.

Nas perguntas opinativas, encontraram-se respostas mais favoráveis à inclusão por parte de todos os participantes, mas em relação às perguntas que dizem respeito às questões de natureza mais operacional como as de capacitação docente, de recursos especializados, acessibilidade, as respostas foram mais desfavoráveis.

A chegada de aluno com deficiência em sala de aula provoca, no docente, preocupações variadas, pois nem sempre ele se encontra preparado ou com formação adequada para mediar o processo de ensino aos alunos com características de aprendizagem diferenciadas, suas metodologias podem não possuir adequações ao ensino do aluno com necessidade educacional especial, criando uma situação do não saber como agir diante dos direitos desse aluno e de quais são os seus deveres como professor nesse caso. Enfim, muitos são os dilemas que carecem de solução, e as Instituições de Ensino Superior se encontram no meio de muitos desafios a serem superados nesse contexto histórico-social, dentre os quais, o acesso de alunos com deficiência à Educação Superior e a sua permanência temporária.

Conclui-se que, os professores da Universidade Federal do Maranhão aceitam a inclusão dos alunos com deficiência na Educação Superior, no aspecto ideológico, mas quanto à operacionalização das práticas pedagógicas visando garantir a permanência com êxito desses alunos na instituição, suas atitudes já não são tão favoráveis.

REFERÊNCIAS

BOLONHINI JÚNIOR, Roberto. **Portadores de necessidades especiais**: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira. São Paulo: ARX, 2004.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 8 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador**: Programa Incluir: acessibilidade na educação superior SECADI/SESu. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação e inclusão: a questão da permanência da pessoa deficiente na universidade. In: FÓRUM ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 3., 1999, Curitiba. **Anais** ... Curitiba, 1999.

ESTÊVÃO, Carlos V. **Educação, justiça e democracia**: um estudo sobre as geografias da justiça em Educação. São Paulo: Cortez, 2004.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

KRECK, David; CRUTCHFIELD, Richard S.; BALLACHEY, Egerton L. **O indivíduo na sociedade**: um manual de psicologia social. São Paulo: Pioneira: USP, 1969. v. 1.

MANZINI, Eduardo José. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Orgs.). **Educação especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 281-289.

MENDES, Rodrigo. É justo furar a fila? **TAM nas Nuvens**, São Paulo, ano 3, n. 33, p. 44, set. 2010.

MOMBERGER, Moana Meinhardt. **Inclusão no ensino superior**: itinerários de vida de acadêmicos com necessidades educacionais especiais. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MOREIRA, Laura Ceretta. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais**: das ações às práticas pedagógicas. 2004. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OMOTE, Sadao (Org.). **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe Editora, 2004.

OMOTE, Sadao et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 32, p. 387-398, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n32/08.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

PINHEIRO, Eliane Maria Carrit Delgado. **Professores do ensino regular e a educação inclusiva de alunos com perda auditiva**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: algumas considerações sobre o conceito e suas implicações. In: MACHADO, Adriana Marcondes et al. **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005. p. 99-105.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-032-2

